


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001185-80.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Liberação de Veículo Apreendido**
 Impetrante: **Isadora Sampaio Leye**
 Impetrado: **Comandante do Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

Isadora Sampaio Leye, impetrou mandado de segurança contra ato do **Comandante do Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado de São Paulo** e do **Diretor do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de São Paulo**, sustentando seu veículo foi apreendido em 27/03/2015 e que a cobrança das diárias do automóvel apreendido no valor de R\$ 9.802,42 é ilegal, já que teria direito a pagar apenas 30 dias de depósito do bem no pátio da Polícia Militar, conforme artigo 262 do Código de Trânsito Brasileiro. Contou que o veículo foi apreendido por irregularidade com o licenciamento de 2015 e que, em 01/04/2016, realizou o pagamento. Em 20/04/2016, efetuou o pagamento de 30 diárias do veículo e taxa do guincho no importe de R\$ 1.889,92, sem contudo, retirar o veículo do local por questões particulares. Ocorre que, na data de 14/09/2016, a impetrante dirigiu-se ao pátio para buscar o veículo, quando deparou-se com a cobrança de R\$ 9.802,42. Aduziu que não se deve aplicar a nova Lei nº 13.281/2016 que permite a cobrança de diárias limitada a 6 meses, pois sua situação se aperfeiçoou sob a égide da lei anterior.

A liminar foi indeferida (fls.33)

O Ministério Público opinou pela não intervenção no feito (fl. 28/31).

Citado, o impetrado apresentou ofício às fls. 46/51. A Fazenda Pública do Estado de São Paulo requereu seu ingresso na lide, na qualidade de assistente litisconsorcial (fls. 76/83). Sustentaram ausência de interesse de agir e que a nova lei aplica-se ao caso, pois, conforme depreende-se do artigo 7º da Lei 13.281/2016, o artigo 3º - que regula a alteração discutida -, entra em vigor na data de sua publicação.

O autor manifestou-se às fls. 85/89.

É o relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.

A diária cobrada pela estadia do veículo tem natureza jurídica de taxa de serviço cujo fato gerador é a utilização do serviço específico e divisível de guarda do bem apreendido e representa contraprestação e ressarcimento aos gastos que oneram os cofres públicos. Referida taxa não pode configurar punição ou servir de causa para enriquecimento ilícito da Administração, por isso, é necessária a limitação razoável de diárias em atendimento aos princípios da moralidade e da razoabilidade.

O artigo 262 do Código de Trânsito Brasileiro, revogado pela Lei nº 13.281/2016, estabelecia que a cobrança pelas despesas de estadia, decorrentes da apreensão do veículo, deveriam se limitar ao prazo de 30 (trinta) dias.

Já a Lei nº 13.281/2016 conferiu nova redação ao §10 do artigo 271 do CTB, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

instituiu a ampliação de 6 meses na cobrança das taxas de estadia dos veículos apreendidos.

Vislumbra-se, no caso, ilegalidade na exigência da Administração de prévio pagamento dos custos de estadia pelo período de 6 meses, com base na lei nova. Isso porque são inaplicáveis as disposições da Lei nº 13.281/06 ao caso sob análise, considerando que a apreensão do veículo ocorreu em 27/03/2015 (fls. 02 e 17), data anterior à sua vigência que se deu em 05/11/2016.

Dispôs a Lei nº 13.281/06, em seu artigo 7º:

Art. 7ª Esta Lei entra em vigor:

I - na data de sua publicação, em relação aos arts. 3º e 4º;

II - após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, em relação aos demais artigos.

Em que pese a alteração em questão tenha sido introduzida no artigo 3º, o inciso II do artigo 7º preconizou que para os demais artigos, nestes compreendidos o artigo 6º que expressamente revogou o artigo 262 do CTB, a vigência aconteceria no prazo de 180 dias após a publicação.

Sendo assim, diante da existência de regras ambíguas no corpo legislativo, necessário se faz a interpretação em favor do impetrante e da segurança jurídica.

Nesse sentido:

MANDADO DE SEGURANÇA Pretensão à liberação de veículo removido para pátio, em virtude de infração de trânsito, limitando-se a cobrança de despesa de remoção e estadia a 30 dias Cabimento Medida administrativa Aplicação supletiva do art. 262, "caput", do CTB Infração cometida antes da vigência da Lei nº 13.160/2015 Irretroatividade Princípio da segurança jurídica Precedente deste E. Tribunal de Justiça Sentença mantida Recurso voluntário e reexame necessário não providos. (Relator(a): Manoel Ribeiro; Comarca: Santos; Órgão julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 09/11/2016; Data de registro: 09/11/2016).

Dessa forma, sabendo que o veículo em questão foi apreendido em 27/03/2015, durante a vigência do artigo 262 do CTB, em atenção ao princípio *tempus regit actum*, é indevida a cobrança de taxas em valores superiores a 30 diárias. Outrossim, deve ser afastada a exigência da exorbitante da cobrança de quantia equivalente a 180 diárias.

Comprovado o pagamento das 30 diárias, imperiosa a liberação do veículo.

Ante o exposto, **CONCEDO A SEGURANÇA** pleiteada para declarar a nulidade do ato impetrado e determinar a liberação do veículo. Por conseguinte, condeno o impetrado a pagar as custas processuais. Incabível, na espécie, a condenação em honorários advocatícios (artigo 25 da Lei 12.016/09).

Comunique-se oficiando à autoridade coatora e à Procuradoria do Estado.

Sentença sujeita à reexame necessário (art. 14, §1º, da Lei nº 12.016/09).

P.I.

Ibaté, 17 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**